

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Rosa Sousa Presidente do Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado

“Mais valia voltar ao regime de nomeação”

Textos **SÓNIA M. LOURENÇO**
Foto **TIAGO MIRANDA**

A Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública (CRESAP) foi criada no final de 2011, em plena época da *troika*, para despartidarizar o preenchimento de cargos de direção superior na Administração Pública (AP), promovendo o mérito e a transparência das nomeações. Mas Rosa Sousa, presidente do Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado (STE, filiado na UGT) desde o início de 2026, diz, em entrevista ao Expresso, que na prática pouco mudou: “Está quase tudo nomeado em regime de substituição e ficam durante anos. Quando abrem concursos na CRESAP, concorrem, e, como já têm experiência no lugar, ficam na lista final de candidatos e depois são escolhidos pelo Governo. Isto acontece com frequência.” A dirigente sindical destaca ainda que trabalhar na AP “não é atrativo para os jovens”, frisando que “as tabelas salariais têm de ser alteradas e o Governo tem essa noção”.



Rosa Sousa, presidente do STE, traça um retrato sombrio da situação atual na Administração Pública

■ Ser funcionário público já foi fator de distinção. Os quadros técnicos do Estado conseguirão recuperar o seu estatuto?

■ Ainda não foi recuperado, mas é possível. Os jovens saem, e enquanto não se aumentar o seu ordenado não continuam a sair. Se pagarem melhor, os jovens vão querer ficar. Mas perdem muito. As pessoas gostavam de ser funcionários públicos. Havia brio. Sentiam outra atratividade além do ordenado. Havia o emprego para a vida na AP, mas já não é assim. Desse ponto de vista, estar na AP ou no privado é igual. Se lhes oferecem muito melhores salários no setor privado, vão-se embora. É o que acontece com informáticos, enfermeiros, médicos, entre outros. Até no Tribunal de Contas e na Entidade Orçamental. Têm candidatos com mais de 60 anos. Os colegas estão perto da reforma e não conseguem passar conhecimento, não há renovação de quadros.

■ Há outros fatores a considerar?

■ Os funcionários públicos eram estimados, mas a partir da chegada da *troika* começou-se a olhar para eles como privilegiados. A achar-se

“**COMO É QUE SE PODE DIZER A UM DOUTORADO QUE ENTRA NA AP QUE AO FIM DO MÊS TEM €1300?! CLARO QUE NÃO QUER**”

que têm de ser iguais aos do privado. Cada vez que vem um Governo, diz que vai despedir. Esquecem-se que sem funcionários públicos não podem fazer nada, e se as pessoas estão desmotivadas não vão trabalhar com a mesma alegria. Há outras coisas, como a conciliação do trabalho e com a vida privada. E, também, o amor à camisola.

■ O amor à camisola perdeu-se?

■ Perdeu-se um bocadinho. Criou-se um clima de uma certa inveja contra o funcionário público.

■ Trabalhar na AP não é atrativo para os jovens?

■ Neste momento, não é. Abrem-se concursos e no fim ficam vazios. Os jovens concorrem, mas depois de verem o que vão ganhar não querem, não é atrativo. Muitos jovens são doutorados. Como é que se pode dizer a um doutorado que entra na AP que ao fim do mês tem €1300?! Claro que não quer. Se não lhes pagarem [mais], os jovens não vão para a AP. Isso está a ser tido em conta pelo Governo, com a revisão acelerada de carreiras. As tabelas salariais têm de ser alteradas e o Governo tem essa noção.

■ A AP tem muitos regimes remuneratórios, nem sempre claros. Há muitas carreiras e organismos com suplementos. Faz sentido? E é possível corrigir esta situação?

■ É quase impossível. Sempre houve funcionários públicos de primei-

ra, de segunda e de terceira, por causa dos suplementos, emolumentos e coisas do género. Os da Justiça ganhavam mais e continuavam a receber mais. Os das Finanças e da Autoridade Tributária sempre ganharam mais. Há uma série de organismos onde se ganha mais, e apresentam argumentos para isso.

■ Não vê fim a esta situação?

■ Não vejo. Há doutorados que ganham um terço, ou menos ainda, do que outros que só têm licenciatura. Será muito difícil mudar, até porque os que ganham €4 mil, €5 mil ou mais, por causa de suplementos e emolumentos, não querem receber €2 mil, como muitos técnicos superiores na carreira geral. A revisão de carreiras tenta minimizar o problema, mas não vai desaparecer.

■ A liderança da Direção-Geral da Administração e do Emprego Público (DGAEP) tem mudado várias vezes. É um problema?

■ Não creio que seja, e, que saiba, não tem havido instabilidade. Te-

mo tido sempre boa relação com a DGAEP.

■ O PRR está a acelerar a digitalização da AP. Sentem impacto?

■ O ministro da Reforma do Estado disse-nos que a reforma tinha a ver com digitalização, inteligência artificial e reformulação de serviços, e que não visava reduzir trabalhadores. De facto, não tem havido redução de trabalhadores. Mas a maior parte dos técnicos superiores estão envelhecidos, e, se não há renovação de pessoas, muitas coisas vão ter de passar pela digitalização e pela inteligência artificial.

■ Mas tem havido redução do número de cargos dirigentes.

■ Isso acontece em qualquer reestruturação. As pessoas ocupam um cargo dirigente numa comissão de serviço, e quando termina regressam ao lugar de origem. É mesmo assim.

■ A reforma do Estado tem passado pela reestruturação e fusão de organismos e entidades. Faz sentido?

■ É uma competência do Governo. A intenção de qualquer Governo numa reforma é a poupança, não só em cargos dirigentes, mas também na contratação e com compras centralizadas.

■ A reforma do Estado é também uma forma de alinhar cores políticas dos dirigentes da AP?

■ Mentiria se dissesse que não. Muitas vezes os dirigentes são mudados, com a tutela a dizer que é preciso imprimir uma nova dinâmica. Ainda não percebi o que é isso.

■ Os cargos de alta direção na AP são sujeitos a concurso na CRE-SAP, que seleciona três candidatos para depois o Governo escolher um. E se não encontra três candidatos com mérito, o Governo escolhe quem quer. São processos transparentes?

■ A CRE-SAP foi criada para serem processos transparentes. Agora, se são... Posso dar exemplos. Tive um colega que ficou na lista final de três candidatos, tinha mais experiência e qualificações, mas não foi escolhido pelo Governo. Foi escolhida a pessoa que já estava no lugar, nomeada em regime de substituição. Antigamente, a escolha dos dirigentes era por nomeação. E, no fundo, é como tem sido também agora, porque está quase tudo nomeado em regime de substituição e ficam durante anos. Quando abre concurso na CRE-SAP, concorrem, e, como já têm experiência no lugar, ficam na lista final e depois são escolhidos pelo Governo. Isto acontece com frequência. Nomeiam pessoas em regime de substituição para passarem à frente nos concursos. Do que vejo, entre haver ou não CRE-SAP, era preferível o Governo nomear. Com os exemplos que há, mais valia voltarmos ao regime de nomeação.

slourenco@expresso.imprensa.pt

“Há carreiras que não eram revistas há mais de 20 anos”

A revisão de muitas carreiras da Função Pública, e respetivas tabelas salariais, levou o STE a assinar a extensão do acordo plurianual com o Governo

Depois de assinar um acordo plurianual com o Governo em 2024, o Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado (STE, filiado na UGT) apresentou, em 2025, reivindicações muito além do que estava no docu-

mento, com destaque para aumentos salariais e do subsídio de refeição dos trabalhadores da Administração Pública (AP). O Governo, contudo, recusou ir além do previsto, com exceção de 15 cêntimos no subsídio de refeição.

Ainda assim, o STE assinou a extensão do acordo até ao final da legislatura. Porquê? Rosa Sousa, presidente do STE, responde ao Expresso como já explicou a muitos associados: “Primeiro, não podíamos rasgar um acordo plurianual. E, segundo, o Go-

verno meteu outras matérias que vão dar dinheiro aos funcionários públicos.”

Em causa está a revisão de carreiras na AP e respetivas tabelas salariais. “Estamos, como nunca estivemos, em revisão de carreiras. Está a ser muito rápido. E, como é lógico, é para ter melhoria salarial”, frisa Rosa Sousa, garantindo que “são muitas carreiras”, sem precisar o número. E destaca a revisão das carreiras de inspeção da AP (justiça, ambiente, saúde, finanças, pescas, jogos, entre

outras), além de áreas como a medicina legal e o pessoal da investigação. O acordo “até prevê voltar a rever a carreira geral de técnico superior, que já foi revista, mas há pessoas que ficaram prejudicadas”, salienta.

“Há carreiras e respetiva tabela remuneratória que não eram revistas há mais de 20 anos, como a dos psicólogos. As pessoas estavam há 20 anos a ganhar o mesmo, tendo só as atualizações salariais anuais da Função Pública”, vinca a sindicalista. Isto porque, ape-

sar do descongelamento ainda no Governo de António Costa, muitas carreiras que ainda não foram revistas são pluricategoriais. Ou seja, “para haver promoção e aumento salarial, tem de se abrir concurso para as funções, caso contrário as pessoas ficam anos e anos na mesma”, explica. “Há muitas carreiras onde não abrem concursos porque os dirigentes dizem não ter cabimento orçamental ou não querem aumentar a massa salarial. Claro que isto é um travão”, remata Rosa Sousa.